

Entre cá e lá: olhares através do trabalho de campo em contextos urbanos. ¹

Heitor Frúgoli Jr., João Teixeira Lopes e Jessica Sklair ²

1. Considerações iniciais em torno de *lugares comuns*

É já um lugar comum dizer-se que, mais importante do que o olhar encontra, é a forma mesmo desse olhar. Ver configura o visto. Ora, em etnografia, esta *boutade* é ainda mais significativa. O que define a etnografia? Dentre outras coisas, um certo olhar. As perguntas, mais do que as respostas. As *deslocações*, mais do que o fetiche do lugar único, em que os movimentos, as partidas e os retornos reconstróem os objectos, os processos de pesquisa e os próprios habitus dos investigadores; as formas, regidas por protocolos de cientificidade, através das quais o conhecimento anterior sobre as realidades é desestabilizado e reconstruído. Nesta tensão, entre dedução e indução, torna-se fundamental jamais blindarmos o *background* incorporado à novidade, ao insólito, ao desafio, à surpresa, ao choque – categorias, enfim, que cabem no conceito de serendipidade proposto por Merton e que nos levam a encontrar, embora não tão frequentemente quanto desejaríamos, aquilo que não esperávamos. É ofício do etnógrafo urbano, por conseguinte, transformar a novidade, o insólito, o desafio, a surpresa e o choque em novos problemas que a pesquisa tentará aclarar.

Optámos, como já se declarou, por nos designarmos como *etnógrafos*. Na verdade, nossas disciplinas de formação oscilam entre a sociologia e a antropologia e encontram-se na etnografia. O que significa, entre outras coisas, o primado das relações sociais de observação, a ênfase em estratégias ecléticas de trabalho de campo, a preferência pela visitação dos *lugares comuns*: espaços-tempo do quotidiano em que as falas e a agência dos agentes estruturam e desestruturam *relações sociais de espaço-tempo*.

Nossas pesquisas implicam um vaivém entre “cá” e “lá”, cruzando o Atlântico e, em particular, atravessando (no sentido de *transgredir*, cuja raiz etimológica é, precisamente,

¹ *Paper* apresentado no Fórum “Culturas urbanas: estudos comparados Brasil-Portugal”, na Sessão “Perspectivas dos processos de intervenção urbana contemporâneos”, durante o 33º Encontro Nacional da ANPOCS (Caxambu, out./2009).

² Respectivamente Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto e doutoranda do Goldsmiths College, Universidade de Londres; os três participam da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos (que conta com apoio do CNPq).

“atravessar”, cruzar fronteiras, superar) rótulos e preconceitos mútuos, por vezes tão historicamente cristalizados.

Assim, tudo nos distancia, com sinceridade, do que Teresa Caldeira apelida de estilo “euro-americano” (Caldeira, 2003: 19), enquanto busca homérica do exótico e da “alteridade distante”. Pelo contrário, em tudo nos interessa o estabelecimento de uma tensão entre “alteridade distante” e “alteridade próxima” (a par de uma outra: situação/contexto; e ainda de outra, parcialmente sobreposta: micro/macro).

Nossas realidades empíricas variam entre a comparação de espaços públicos centrais em Brasil e Portugal, nomeadamente, por um lado, o centro histórico de São Paulo e a Praça Patriarca/centro do Porto e a Avenida dos Aliados, onde, em ambos os casos, se verificaram intervenções urbanísticas recentes a cargo de arquitectos altamente consagrados; e o bairro da Luz (São Paulo) e o Bairro Alto (Lisboa). Três cidades, por conseguinte, com configurações a princípio assaz distintas: a megálope latino-americana de São Paulo; a metrópole portuguesa, antiga sede imperial (Lisboa) e a metrópole regional (Porto).

De certa forma, os lugares escolhidos são meros pretextos. Enquanto etnógrafos (e a etnografia é o nosso encontro, o nosso *lugar comum*, como já referimos) interessa-nos, muito mais, entender de que maneira, em territórios concretos e diversificados, se apreendem processos como o de gentrification, de espaço público, de vida pública de bairro e de territorialidades emergentes e itinerantes, tentando superar a absolutização, essencialização e universalização de tais conceitos, accionando efectivas comparações e generalizações a partir da extensão dos casos e da sua densidade (*from within*), interpelados pela possibilidade de *transferências reflexivamente monitorizadas*.

Certamente que há muito abandonámos crenças ingénuas na neutralidade axiológica e ideológica de investigadores assépticos. Como diz o poeta helénico Konstantinos Kaváfis: “a cidade/por onde fores, ela irá”. São Paulo, Porto e Lisboa, as cidades que transportamos conosco e que jamais nos abandonarão.

Partindo dessas reflexões, desenvolvemos, no presente texto, uma experiência em torno da técnica de “comparação” aplicada frequentemente nas ciências sociais. Em vez de procurar o que há de “igual” e “diferente” nos três lugares escolhidos para nossa análise etnográfica, a proposta é de colocar observações diferentes uma ao lado da outra. Assim,

podemos examinar, em paralelo, as maneiras pelas quais os processos acima mencionados – como o de gentrification, de espaço público, de vida pública de bairro e de territorialidades emergentes e itinerantes – se desenvolvem nesses locais.

Com isso, e nessa altura de nossas pesquisas, não pretendemos chegar a conclusões teóricas extraordinárias sobre a natureza de tais processos na paisagem urbana. Entendemos, porém, que tal exercício permite trazer para o debate em torno desses processos algumas novas considerações. Colocando essas variadas experiências etnográficas uma ao lado da outra, estamos obrigados a considerar a diversidade de maneiras pelas quais tais processos urbanos vêm se desenvolvendo, em cidades diferentes dos dois países sob nossa observação. Como verá a seguir, este exercício revela a necessidade de levar em conta uma série de questões particulares a cada lugar na nossa análise destes processos, que a abordagem etnográfica não permite desprezar.

2. Espaços públicos urbanos centrais: do que falamos?

Não por acaso as cidades escolhidas, ao invés das *outer* ou *edge cities* (as exópoles de que Soja fala...), incluem-se na configuração das *cidades com centro*, independentemente do seu estado urbanístico e das conexões econômicas, sociais e culturais dos mais amplos processos de urbanização e da sua ligação aos Estados-nação e à economia-mundo, bem como a uma particular concepção do papel do Estado na produção do espaço em contexto de capitalismo tardio e pós-fordista.

De certo modo, ambos os centros emergem e modificam-se dentro dos parâmetros de um modelo historicamente consignado como “europeu”, apesar das intensas diferenças que adiante se realçará. O centro das cidades condensa uma constelação de significados fortes (Frúgoli Jr., 2000: 20), em função dos quais o poder se impõe, os espaços se produzem e apropriam, as economias funcionam, as culturas circulam. Esta simbiose material-simbólica influenciará, decisivamente, a vida das cidades. Depois do centro, tudo a ele se refere. Desde logo, a periferia. Existirá, pois, como hipótese, uma singularidade nos espaços públicos centrais. Na perspectiva aqui adotada afastamo-nos parcialmente da concepção habermasiana de espaço público, uma vez que o autor alemão (Habermas, 1980) define, antes de mais, a emergência de uma esfera pública burguesa e de uma “sociedade

civil” abstracta e formal constituída primordialmente *no e pelo* discurso. Aproximamo-nos, assim, das críticas feministas quando referem que a racionalidade universal abstracta veiculada por Habermas carece de uma *política da diferença*, assente na extensão dos direitos liberais da modernidade a uma miríade de grupos sociais excluídos, *maxime*, invisíveis e inexistentes pela classificação e percepção hegemónicas. Simultaneamente, não existe um discurso ou um *agir comunicacional* sem um corpo socializado e respectiva *performance* espaço-temporal. Falta, na proposta de Habermas, sensibilidade para pensar a espacialização das práticas sociais quotidianas em cenários de interacção concretos e vividos (Lopes, 2008): uma teoria do corpo no espaço-tempo. É como se retomássemos a célebre frase de Foucault: o espaço é tido como o morto, o fixo, o não dialéctico, o imóvel... Ou Lefebvre, que critica asperamente as representações que o enunciam como “um meio vazio”, “um contentor sem conteúdo” (Lefebvre, 2000: XVII). Ou ainda, da banda da geografia, o reparo de Edward Soja à “silenciada espacialidade do historicismo” (Soja, 1999: 13).

Entendamo-nos, pois: o que se pretende, ao estudar espaços públicos urbanos centrais em São Paulo e no Porto,³ é compreender, primeiramente, as consequências nos encontros quotidianos, nos seus códigos, expressões e rituais, das modernas e recentes configurações do capitalismo de acumulação flexível. Estudar o centro de cidades expostas à desindustrialização, terciarização e revitalização urbana através das interacções situadas é como colocarmo-nos no *centro do furacão*, ou seja, no âmago dos processos de acumulação flexível do capitalismo tardio. Distanciamo-nos, através desta opção, de autores como Sophie Watson (Watson, 2006) que buscam o reencantamento emancipatório ou simplesmente cívico da modernidade tardia nos espaços públicos periféricos, descentrados, por vezes mesmo “invisíveis” nos recônditos meandros da cidade. De certa maneira, pretende-se ir de encontro à forma como o poder se exerce *na e pela* centralização da produção do espaço. Para tal, a concreta materialidade do espaço será abordada como mediação da acção humana e sem qualquer deriva mecanicista ou fétichização. José Guilherme Magnani afirmava precisamente tal orientação ao estudar as práticas de lazer nos “pedaços” das periferias paulistas, em obra já clássica: “existe, portanto, entre as

³ Pesquisa desenvolvida desde 2007 com apoio do CNPq, no âmbito da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, integrada igualmente no programa de pesquisa do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Cf. www.lettras.up/isociologia).

instituições e valores sociais dominantes e o plano do concreto vivido, um complexo sistema de mediação que processa, em ambos os sentidos, as múltiplas formas de interação entre o ‘nós’ do pedaço e o ‘eles’ dos centros de poder da sociedade abrangente” (Magnani, 1998: 138).

No entanto, não renunciaremos, pela sua persistente pertinência, às velhas questões, sempre actuais, da potencialidade dos espaços públicos na formação de efémeras comunidades de estranhos, no limbo da proximidade e da distância, lembrando Simmel; na passagem do cidadão ao cidadão, na multiplicação de possibilidades de conhecimento e confronto da diversidade (de classe, de género, de etnia, de estilos e modos de vida...), no jogo da indeterminação, da aleatoriedade e da surpresa.

Por fim, uma derradeira explicitação: propõe-se fazer mais uma etnografia *de* cidades do que *nas* cidades, retomando a sugestão de Ulf Hannerz (Hannerz, 1980). Os detalhes etnográficos e a sua multiplicação descritiva sob a observação atenta do investigador obrigam a uma interpretação holística, na procura dos contextos que lhes conferem cabal sentido, mantendo viva a “consciência de que todas as transferências entre contextos diversos e do seu estudo para o *corpus* da teoria social implicam o accionar de *teorias da tradução* (Santos, 2003). Ora, nesse mister, não raras vezes o tradutor entra em simbiose com o traidor”...

2. 1. Usos, apropriações, produção secundária do espaço: o caleidoscópio do centro de São Paulo

O centro de São Paulo, em particular no diálogo que se estabelece entre a Praça do Patriarca, o Pátio do Colégio e a Praça Clóvis e a Praça da Sé, afigura-se de uma polifonia desconcertante. Desde logo, pela multiplicidade e mistura de funções: residências, das mais formais aos cortiços, instituições bancárias, comércio de rés do chão, comércio de shopping center, comércio de rua, mendicidade, policiamento... Mas também pela pluralidade de usos. Existem homens e mulheres que fazem do seu corpo um anúncio publicitário (“homens-placa” que, conforme indicação de um informante, fazem parte da paisagem

urbana desde há décadas); ⁴ movimentos sociais que colocam as suas faixas no espaço público ⁵ assim como grupos religiosos; ⁶ policiamento ostensivo e intenso, meninos-prodígio; ⁷ pregadores; ⁸ catadores de lixo e de material reciclável muitas vezes puxando carroças carregadas de entulho já acomodado em sacos; magotes de homens esperando pelos recrutadores de mão-de-obra paga ao dia; ⁹ teatro de rua promovido pela prefeitura, ¹⁰ clowns de rua por conta própria, enfim, uma plêiade de tipos sociais, linguagens, interações e contextos.

Em várias ocasiões emergem situações de cooperação. É o caso dos camelôs, autênticos nômadas da cidade, que vendem um pouco de tudo, notando-se, no entanto, uma predominância de Cds e Dvds piratas. Diante a percepção de que se aproxima uma rusga policial, accionam-se os códigos de rua ¹¹ e as mantas ou tendas são desmontadas num ápice, para regressarem pouco tempo depois, como o refluxo da maré... Foi possível observar, ainda, em certas circunstâncias, uma tática de aproximação entre camelôs e comerciantes tradicionais de rés do chão, uma vez que, em complementaridade, atraem mutuamente clientes.

Deparamo-nos, igualmente, com situações agonísticas. Nem sempre os comerciantes se entendem. Os clientes são, por definição, escassos e altamente disputados. O conflito é igualmente perceptível entre a população de rua e a polícia:

⁴ Os anúncios fazem referência à compra de ouro; à compra e venda de telemóveis (“celulares”); à disponibilização de internet; à venda de atestados médicos “para admissão e desadmissão”...

⁵ Numa delas, da autoria do MNN (Movimento da Negação da Negação) pode ler-se: “Ocupa a escola falida, a Universidade falida, a fábrica falida”.

⁶ Em algumas dessas faixas pode ler-se: “Não sou dono do mundo, mas sou filho do dono”. Na Praça da Sé, várias faixas verticais exibem os Dez Mandamentos. No Convento do Carmo, onde um homem fala com Deus usando uma intensa expressividade corporal (gestos largos e abertos em prece, mãos erguidas), figura um cartaz com a inscrição: “Liga-te a Ele. Pode desligar o celular. Ele atende sempre”. É possível encontrar, ainda, espalhados pelas praças, dísticos que anunciam cerimónias religiosas em ginásios: “Dia da cura e libertação. Preço da entrada: 1kg de alimento não perecível”.

⁷ Na Avenida Barão de Itapetininga, um menino de rua, microfone em punho, por detrás de uma tela de papel de cenário onde está pendurada uma grande máquina calculadora, escreve o resultado de divisões complicadas, com várias casas decimais, explicando, ao mesmo tempo, como alcança os resultados: “25 a dividir por cinco. Qual é o dobro de 25? 50! Corta-se o zero, fica 5!”.

⁸ Na Praça do Patriarca um homem de fato e gravata grita a Bíblia. Aparentemente alheio a tudo e a todos, caminha de um lado para o outro seguindo os transeuntes e clamando: “Só Deus é a verdade/Só chegarás a Deus pela verdade/ A verdade é a palavra”. Na Praça da Sé outro pregador junta algumas dezenas de pessoas.

⁹ Os recrutadores são apelidados de “gatos”.

¹⁰ Na altura, Julho de 2008, desenrolava-se o IV Festival “Overdose Teatral”, mobilizando grupos de teatro da cidade, como os Sátiros e os Parlapatões.

¹¹ “Rapa” e “Gelo” figuram entre essas expressões codificadas que avisam da proximidade da polícia.

*Junto à Prefeitura, mesmo no encontro entre o viaduto do chá e a Praça do Patriarca, um piquete de camelôs montou uma tenda de protesto abrigando activistas em greve da fome contra as investidas ditas “repressivas” da polícia municipal a mando da Prefeitura, com o objectivo de expulsá-los dos espaços públicos. Um dos activistas, possivelmente há vários dias em greve de fome, apresenta um aspecto claramente combalido. Entretanto, um grupo de camelôs toca bombo, procurando chamar, sem sucesso aparente, a atenção dos passantes. Mesmo ao lado, uma delegação do Movimento dos sem Teto segura uma faixa com palavras de solidariedade.*¹²

Uma outra situação colocou frente a frente um sem-abrigo alcoolizado e um grupo de polícias fortemente armado com metralhadoras. Apesar dos sorrisos iniciais, a situação quase atingiu um clímax de tensão:

*Um mendigo velho e pobre, fortemente embriagado desafia um grupo de polícias armados de uma esquadra móvel da Praça da Sé. Usa palavras para mim ininteligíveis, mas que constituem simultaneamente insulto e desafio. Os gestos vão crescendo, o corpo bamboleando aproxima-se a menos de um metro dos polícias. A certa altura o ancião simula uma rajada de metralhadora. Pensamento mágico? Inversão simbólica da ordem instituída?*¹³

Teresa Caldeira concede que “as ruas de São Paulo podem ainda estar cheias de gente, especialmente nos bairros centrais de comércio e serviços” (Caldeira, 2003:323), mas, ao mesmo tempo, considera que as apropriações observadas “não são exemplo de usos heterogéneos mas da segregação e exclusão” (idem: 334), uma vez que “no centro de hoje a população ‘chique’ foi substituída pelos ‘marginais’, nada garante distinção e o sentimento que resta é o de mal-estar com a proximidade” (idem:324). Desta forma, configura-se um espaço público não-moderno, uma espécie de somatório de “espaços restantes, os únicos que os grupos sociais mais marginalizados – aqueles excluídos das áreas protegidas e muradas – ainda podem apropriar” (idem: 334). A própria “Associação Viva o Centro”, constituída por elementos de uma fracção da média e alta burguesia comercial e financeira, inverte o uso político da apologia da diversidade: se existe uma tão grande massa popular, a heterogeneidade só poderá ser restituída através de processos controlados de gentrificação que permitam o regresso ao centro de classes sociais mais capitalizadas... Como observou

¹² Nota de diário de campo, Julho de 2008.

¹³ Idem.

Victor Eskinazi, técnico da Associação, em entrevista informal:

“No Brasil vive-se um dilema que é um impasse. Toda a gente rejeita a gentrificação, mas sem um pouco de gentrificação não se consegue recuperar o centro. Os Movimentos Sociais clamam por nenhuma gentrificação. As imobiliárias querem todo o lucro possível. Temos de apostar nas parcerias público-privadas em que o Estado dita as regras e o privado entra com o dinheiro”.¹⁴

As observações etnográficas levadas a cabo não coincidem com este conceito de *espaços restantes*. Na verdade, apesar da clara predominância dos pobres e da população da rua, a acentuada diversidade da ocupação funcional do espaço potenciava usos plurais e contraditórios. Constatamos inúmeras interações, muitas delas a pretexto da compra e venda, envolvendo sujeitos de pertenças sociais distintas. Por outro lado, a organização da população de rua em movimentos sociais fortemente implantados no terreno, a presença de organizações não governamentais e de grupos de voluntários religiosos, a par de eventos organizados quer por empresas (playgrounds amovíveis, por exemplo), quer pelo Estado (animação cultural de rua), contribuem, igualmente, para a percepção de heterogeneidade, embates agonísticos e/ou cooperantes, pluralidade de usos e apropriações próprios de um refazer constante do espaço público. Presentes, de igual modo, as redes, os trânsitos e as passagens entre “fachadas” e “bastidores” (caso dos camelôs que surgem do nada e para o nada desaparecem), dando conta, por isso, de um “complexo sistema de mediações” (Magnani, 1998:138) entre instituições e população; entre legalidade, informalidade, clandestinidade e ilegalidade; entre, finalmente, “nós” e “eles”, âncoras de (des)estabilização de identidades espacialmente traduzidas. Importa, aliás, vencer uma persistente ilusão da homogeneidade presente em categorias como “pobres”, “classes populares” ou “população de rua”, na verdade em que obliteram a coexistência de origens, percursos, projectos e vivências consideravelmente distintos

Eis, pois, traços de um centro de cidade onde a produção secundária do espaço (conceito proposto por Michel de Certeau) desafia, através das “táticas do fraco” as

¹⁴ Numa observação que denota o seu posicionamento pessoal, o entrevistado acaba por confessar que no Brasil é o sector privado quem dita as regras, aconselhando-me a ler o livro de Otília Arantes sobre “a cidade do pensamento único”...

“estratégias do forte”, criando, dentro da intensa dominação, margens não negligenciáveis de negociação, jogo e autonomia. Traços, também, de uma urbe táctil e sensível, de odores contrastantes e difíceis de identificar, um “fantástico caleidoscópio constituído por fragmentos de tempos diversos, territórios e realidades distintas (...) identidade na diversidade, onde o todo não é apenas a mera soma das partes mas é, ao mesmo tempo, mais e menos do que a soma das partes” (Braz, 2004: 133).

Aliás, desmentindo uma certa ilusão do fétichismo do espaço, nada como lembrar as actuais apropriações da Praça Clóvis. Apesar da fragmentação do espaço imposta por um desenho urbanístico a que não foram alheias as intenções do antigo regime militar de expulsar a população de rua e de impedir as grandes concentrações cívicas, os habitantes de hoje respondem quotidianamente através de contra-usos (Leite, 2004) ocupando as fontes, dormindo no desconfortável mobiliário urbano, contornando, assim, os inúmeros obstáculos a uma circulação livre.

2.2. Avenida dos Aliados e a narrativa de perda

O trabalho etnográfico na cidade do Porto encontra-se num estado ainda mais exploratório do que em São Paulo. No entanto, nas várias conversas informais inicialmente tidas com comerciantes dos cafés e pensões circundantes sobressaía, sistematicamente, uma fala de intensa perda, uma espécie de luto pelo desaparecimento da anterior Praça. A sobriedade actual do espaço parece contrastar com os canteiros ajardinados de outrora. A calçada portuguesa desapareceu e deu lugar aos cubos de granito, já classificados como “triste miséria de calhaus” num blogue sobre a cidade...

Na verdade, a observação permite-nos constatar que as aglomerações de pessoas são escassas e os usos pouco plurais. Predomina, de facto, o atravessamento e a passagem, o que confere, como um urbanista nos confidenciou, uma especial responsabilidade aos programadores e gestores do espaço (a autarquia). Perante o despojamento e a “libertação” do espaço, criar-se-iam condições para múltiplas intervenções públicas. De certa forma, o arquitecto oferece a beleza do desenho, “liberta” a praça de “ruídos” e delega no campo político a produção de eventos e de formas organizadas de ocupação do espaço.

Vários são os factores que poderão contribuir para este *uso fraco*. Por um lado, o

cariz recente da intervenção e a dificuldade acrescida de incorporação de disposições afectivas e interaccionais mobilizadas pelo novo espaço. Por outro lado, o próprio *rumor civil*, altamente propagado (no discurso comum e nos media) sobre a destruição da memória e do passado. Como escreveu Hobsbawm a propósito do século XX (enunciado aplicável com inteira justiça aos primeiros anos deste novo século): “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à de gerações passadas – é um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” (Hobsbawm, 2002). Finalmente, a potenciação de usos plurais e heterogéneos requer uma maturação do próprio projecto: as árvores cresceram pouco, o mobiliário urbano não está totalmente disponível (as cadeiras, autêntica *citação* dos velhos jardins parisienses, encontram-se presas ao chão por correntes, dificultando a sua livre instalação¹⁵), não se instalaram, ainda, cafés e esplanadas na Praça. Predomina, pois, a percepção de uma *tabula rasa*. O que, convenhamos, não tem inibido a discussão. Os arquitectos e outros especialistas são praticamente unânimes quanto ao elogio do desenho. A blogosfera e os media, no entanto, veiculam opiniões depreciativas. O próprio Álvaro Siza Vieira participa na polémica,¹⁶ em particular depois de uma manifestação no local e de um abaixo-assinado que circulou pela net:

“O projecto da Avenida que fiz, em conjunto com Souto Moura, causou polémica porque coincidiu com as eleições, o combate político. O projecto foi apresentado e amplamente discutido na Câmara e não levantou contestação, só houve quando ficou concluído. Foi apanhado, como já disse, bem no meio das lutas políticas (...) a manifestação tinha 29 pessoas, segundo noticiaram os jornais. Depois, a contestação surgiu pelo desaparecimento dos canteiros. Ora, em devido tempo, apresentamos o projecto publicamente e explicamos a quem quis ouvir que não se justificava ter uns canteirinhos na principal “sala de visitas” da cidade. Quando surgia uma manifestação ou ajuntamento, como, por exemplo, quando o FCPorto ganha e agora já tem acontecido muitas vezes, os canteiros, as flores ficavam imediatamente destruídos. Apresentamos, como exemplo, o que acontece nas maiores praças europeias onde os canteiros foram banidos. Não podemos esquecer que as plantas vieram para a Avenida dos Aliados, nos anos 40, num tempo totalmente diferente do de hoje”.

¹⁵ Como nos diz um arquitecto: “as cadeiras são mais retro do que o retro, pois já nem em Paris existem”.

¹⁶ Vd. www.arkitectos.blogspot.com/2008/06

Digressões mais recentes levam-nos a falar de um esbatimento do sentimento de perda por parte de um grupo mediador particular: a restauração e hotelaria. Vários são os empregados, gerentes e proprietários de cafés, pastelarias e residenciais que nos revelam um crescente agrado pela nova fisionomia da praça. Salientam, por um lado, o que parece tornar-se um lugar comum (“agora já temos uma sala de visitas para a cidade”), indiciando uma incorporação, ainda que débil, de um discurso pericial (o dos arquitectos). Realçam, de igual modo, a percepção de abertura e legibilidade, tão apreciada pelos turistas que, como pudemos verificar, são, por vezes, os mais numerosos praticantes daquele espaço nobilitado pelo “milagre da assinatura” de Siza Vieira, abrindo os seus mapas e objectivas. Memorizam, em simultâneo, a memória dos jardins (“eram bonitos, mas as pessoas estavam sempre a estragar tudo e os jardineiros tinham de pôr cercas à volta das flores”). Enfatizam, ainda, a capacidade de albergar grandes eventos (“na Queima das Fitas estiveram aqui 30 mil pessoas!”). Outros, finalmente, ligam os usos da praça à emergente dinâmica cultural das ruas perpendiculares à Torre dos Clérigos, que atraem milhares de novos clientes, nomeadamente jovens adultos. Em suma, abrem-se perspectivas de negócio.

Na verdade, as esplanadas e cafés lucram visivelmente com a política de eventos e a animação cultural das ruas contíguas, formando como que uma espécie de orla habitada da praça. Quão mais despojada esta se torna, mais intensamente se utilizam os cafés e pastelarias. Os turistas continuam a ser os clientes mais numerosos, em particular nos locais mais caros (“se não fossem os turistas, o Guarany não sobreviveria”), deixando um traço de analogia com a cidade global. A praça, por sua vez, permanece lugar de atravessamento, uma espécie de ilha limpa de granito polido no meio do tráfego automóvel.

Durante a Feira do Livro, recolocada na Avenida dos Aliados, os lugares de repouso e convívio, por serem escassos, eram intensamente disputados. Os mais velhos em bancos de jardim amovíveis, ali especialmente colocados, os mais jovens nos cubos de granito ou preferencialmente no chão. Os adolescentes, aliás, mesmo fora do tempo das “ocasiões” e dos “eventos” são os únicos que, em tardes de Sol ou à noite, vindos dos bares, aceitam o convite do chão de granito para, em períodos não superiores a meia hora, se fecharem em pequenos círculos conviviais, no meio da praça. De certa forma, as dicotomias que um empregado de mesa do prestigiado café restaurado *Guarany* assinalou parecem válidas:

“A praça é para os negócios, não é para a natureza. E este trânsito todo à volta dificulta a vida a quem quer usufruir da praça”.

Enquanto durou a feira do livro foram ainda reforçados os assentos: cadeiras de plástico ou de metal, próprias de uma vulgar esplanada de bairro ou de praia, contraste que, como realça um colectivo de jovens estudantes, coordenados pelo arquitecto Pedro Bismarck, não joga bem com os pormenores requintados de Siza Vieira (as cadeiras parisienses; as alas de árvores, os “velhos” candeeiros de ferro):

“Ao mesmo tempo, a cidade constrói-se, cada vez mais, das inúmeras ocupações efémeras e temporárias disseminadas pelo espaço urbano. Mas estas, em vez de realçarem e reforçarem a unidade e a imagem urbana da cidade, formulam-se como elementos perturbadores dessa leitura, como no caso da Avenida dos Aliados”.¹⁷

Em todo caso, o que, uma vez mais, se apresentava como objecto autónomo e recortado (a “praça”), obriga a uma análise de articulações várias (de discursos, representações, interesses), bem como a uma visão espacial consideravelmente mais vasta.

3. 1. A etnografia do bairro da Luz

Passemos agora às pesquisas em andamento sobre o bairro da Luz (São Paulo) e o Bairro Alto (Lisboa). A primeira tem sido feita através de práticas etnográficas coletivas, regularmente partilhadas e desenvolvidas a longo prazo.¹⁸ Trata-se de uma abordagem antropológica do conceito de gentrification, que, como já foi dito, constitui uma espécie de ponto de partida da investigação, tendo em vista as especificidades do contexto da área central paulistana, bem como uma avaliação da própria capacidade de abrangência de tal conceituação.

A região central de São Paulo é marcada pela aglutinação de vários bairros, e um deles vem obtendo crescente visibilidade quanto a aspectos tradicionalmente abrangidos

¹⁷ Workshop *Lugares Efêmeros* – cf. <http://in-ner-city.blogspot.com>

¹⁸ Pesquisa desenvolvida desde 2007, posteriormente com apoio do CNPq (Frúgoli Jr., 2008). Além de Heitor Frúgoli Jr. e Jessica Sklair, participam também da investigação aqui apresentada os pós-graduandos Enrico Spaggiari, Inácio C. D. de Andrade, Guilherme Alderado, Giancarlo Machado e os alunos da graduação Isadora Z. da Fonseca, Laís Silveira, Bianca B. Chizzolini e Bruno Puccinelli; já colaboraram com a pesquisa Carlos Filadelfo, Daniel De Lucca R. Costa, Marina A. Capusso, Paula S. D. Faria e Fábio C. Julião (todos integram ou já integraram o Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade – GEAC).

por tal temática. Trata-se do bairro da Luz, de forte densidade urbanística e social, assinalado pela presença de vários prédios e instituições culturais tombadas pelo patrimônio estadual, como a Estação da Luz, que passou por reforma recente, com a implantação em parte de suas dependências do Museu da Língua Portuguesa. Em torno da mesma, um conjunto significativo de instituições culturais foi recentemente reabilitado, como a Pinacoteca do Estado, ou parcialmente reutilizado, como a Sala São Paulo, hoje sede da Orquestra Sinfônica do Estado, na estação ferroviária Júlio Prestes. Tais instituições têm sido responsáveis por um novo afluxo de pessoas ligadas às classes médias e altas à região central. As casas, ruas e praças de tal área, entretanto, têm sido há muito definidas por forte ocupação popular, com uma quantidade significativa de cortiços, bem como práticas recorrentes de comércio informal, prostituição e tráfico e consumo de crack em vários espaços públicos. A gestão local anterior e a atual de São Paulo ¹⁹ tomaram tal área como prioritária para uma política mais ampla de requalificação, dando continuidade a uma política iniciada pelo governo do Estado há duas décadas, de transformar a Luz num “bairro cultural”. No início de 2005, ocorreu uma série de ações de repressão, fiscalização e controle no bairro, e ao final daquele ano, a Prefeitura anunciou, para a região, um programa de incentivos fiscais, intitulado “Nova Luz”, com o intuito de atrair novos negócios, serviços e comércios. Em 2007, tiveram início as primeiras demolições no perímetro da assim chamada “Nova Luz” (Frúgoli Jr., 2000; Folha de São Paulo, 9/3/2005; Prefeitura do Município de São Paulo, dez./2005; Kara-José, 2007). ²⁰

Optamos inicialmente por observar e coletar falas e representações da população local, ²¹ ou seja, moradores, comerciantes e frequentadores que efetivamente constituem a *vida pública do bairro*, ²² buscando reconstituir a existência de pessoas e grupos praticamente invisíveis e silenciados num plano discursivo mais abrangente, que engloba tanto os meios de comunicação de massa quanto os espaços de interlocução política com o poder público. Tal escolha etnográfica teve, portanto, a intenção de buscar entender o bairro

¹⁹ J. Serra [2005-2006] e G. Kassab [2006 em diante], PSDB-PFL (DEM, a partir de mar./2007); Kassab reelegeu-se, para o período 2009-2012.

²⁰ É possível que estejamos numa fase de mudança quanto à escala de intervenção, com uma nova dimensão de articulação entre interesses “culturais” e imobiliários que possam relativizar a idéia de “bairro cultural”, mas ainda é cedo para uma constatação mais segura.

²¹ A Luz tem fronteiras fluidas com os bairros do Bom Retiro, Santa Ifigênia e Campos Elísios.

²² Grande parte dos frequentadores das instituições culturais citadas dirige-se diretamente às mesmas e pouco frequenta as ruas, com exceções, como p. ex. o uso ocasional do Parque da Luz. Mas isso ainda será alvo de um enfoque mais detido.

e tais grupos *para além da polaridade*, ali frisada, *entre “bairro cultural”* (tornado possível pela criação e fortalecimento de diversas instituições culturais) e *“cracolândia”* (estigma de degradação e criminalidade decorrente da presença, em ruas do bairro, de muitos usuários de crack, dentre eles homens, mulheres e meninos de rua, profissionais do sexo e travestis, catadores de material reciclável etc.). Aos poucos, a etnografia levou-nos a combinar duas abordagens – com segmentos da população local do bairro e com atores sociais relacionados mais diretamente à chamada “cracolândia”, à busca de conexões entre essas dimensões, separadas inicialmente apenas como ponto de partida da investigação.²³

Assim, foi preciso dar início a uma observação mais sistemática do que se convencionou chamar de “cracolândia”, para além de uma série de representações estigmatizantes veiculadas pela mídia, que de certa forma atualizam a criminalização da pobreza, à medida que se estendem para o bairro como um todo, e não para uma parte do mesmo. Nossa hipótese inicial é de que a “cracolândia” constituiria uma espécie de “territorialidade itinerante” (Perlongher, 1987), o que significa situá-la numa certa área com alguma fixidez, mas sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas. Antes de nossa ida a campo, seu perímetro específico era justamente o “pentágono” onde se pretendia instalar a “Nova Luz”.²⁴ Mas em nossas observações iniciais, a partir de outubro de 2007, quando já tinham ocorrido as primeiras demolições, a concentração de usuários de crack se transferira para algumas quadras dali, fora do chamado “pentágono”. Há também momentos em que o uso de outros espaços públicos da região central por tais usuários ganha visibilidade, em parte devido a uma série de deslocamentos desses, principalmente quando ocorrem operações mais abrangentes e integradas de intervenção pelo poder público na Luz, como em 2005 (“Operação Limpa”),

²³ O poder público não tem sido alvo de etnografias específicas, mas constitui um pólo presente de modo transversal nas observações. Ainda do ponto de vista analítico, busca-se trabalhar, dadas as características socioculturais e urbanas do bairro em questão, com a hipótese da existência de redes de sociabilidade alargada, que têm como ponto de partida etnográfica áreas urbanas marcadas por uma série de precariedades (Agier, 1999, 110-197). Ao mesmo tempo, tenta-se compreender o tipo de espaço público que decorre de interações específicas (Joseph, 2005 [1998]) e em parte potencializadas pelo fato do bairro localizar-se em região central, com forte afluxo de transeuntes. Cabe também ressaltar que, dentre os enfoques etnográficos, uma atenção especial tem sido dada às práticas espaciais de apropriação e produção de um bairro (Certeau, 1994 [1980], 199-215).

²⁴ Tal pentágono coincide bastante com a área pesquisada por Mingardi e Goulart (2001).

ou no presente, através da chamada “Ação Integrada Centro Legal” que ocorre no bairro (Corsaletes, 23/7/2009, C8).²⁵

É interessante frisar que muitos entrevistados referem-se aos usuários de crack, os chamados “nóias” – uma referência à paranóia que acompanha o estado de euforia gerado pela droga (Monteiro, 3/9/2000) –, e não necessariamente ao espaço “cracolândia”. “Nóia” constitui também uma espécie categoria relacional usada pelos não usuários de crack para com os usuários, mas que pode ser acionada de várias formas, entre os próprios usuários (Silva, 2000) ou mesmo entre não usuários.²⁶ Tais demarcações identitárias tornam a delimitação da “cracolândia” ainda mais complexa.

Essa visão um pouco mais abrangente de tal territorialidade precisava ser contraposta por algum plano de observação etnográfica mais próxima, para uma compreensão da mesma como uma rede de relações, mediações e sociabilidades. Nossa entrada em campo se deu através de um contato mais prolongado com uma ONG com atuação específica na redução de danos junto aos usuários de crack – a “É de Lei” –, que estabelece contatos regulares com tal população nas ruas do bairro da Luz.²⁷

Nossas idas a campo ocorreram em períodos distintos a partir de 2007. Desde o início, constatamos que a concentração de usuários de crack no pentágono delimitado pela imprensa era pouco expressivo, e passara para ruas próximas dali.²⁸ Ao longo de outras idas, essa nova região passou a ser o alvo dos trajetos do “É de Lei”, havendo, de um modo geral, a constatação de um crescente número desses usuários, ao passo que uma repressão policial mais volumosa colocava-os em maior circulação (ora para outros locais, ora voltando ao mesmo espaço, um pouco depois da passagem da polícia²⁹). Quando imaginávamos que havíamos compreendido um pouco mais dessa nova territorialidade,

²⁵ Desse modo, a hipótese que levantamos inicialmente foi sobre a existência de um processo de dispersão e conversão ou de divergência e convergência para alguns pontos estratégicos mais restritos, tendo como zona irradiadora a região da Luz.

²⁶ Com base nas observações de relações jocosas entre frequentadores de uma lanchonete e que fazem parte de um time local (Nova Portuguesinha da Luz).

²⁷ O “É de Lei” tem uma ação de redução de danos, voltada desde 2000 para o atendimento preferencial de usuários de crack, com base no contato direto com estes nas ruas da Luz e região e um centro de convivência. Atualmente são entregues basicamente piteiras de silicone, protetores labiais (batons de manteiga de cacau) e preservativos, além de folhetos sobre o centro de convivência e sobre formas de prevenção de várias doenças. Não abordaremos no presente paper nosso contato posterior com outras ONGs ou grupos que estabelecem relações com segmentos específicos da chamada “cracolândia”.

²⁸ Como a Praça Júlio Prestes, a R. Helvetia e a Al. Dino Bueno.

²⁹ Conhecida entre eles como a “loira”.

descobrimos através de comerciantes que, à noite, há uma outra concentração expressiva de usuários próxima dali,³⁰ que passam a ocupar os espaços apenas quando o comércio local fecha suas portas.

Nossa interação com os usuários de crack foi nesse caso totalmente mediada, como esperado, pela relação do “É de Lei” com os mesmos. Ela ocorre de forma bastante fragmentada, por uma combinação de fatores – ação recorrente da polícia e de seguranças privados, a procura pelo crack e o consumo do mesmo, as formas específicas de sociabilidade entre eles – o que não impede que haja uma série de diálogos significativos mas bastante fugazes, cuja diversidade de significados e situações ainda merecem aprofundamento.³¹

É também interessante pontuar vários casos de moradores da região que, em suas práticas espaciais pelo bairro (Certeau, 1994 [1980])³² em companhia de pesquisadores da nossa equipe, fizeram questão de passar a pé por locais ocupados pelos usuários de crack, como se isso fosse algo incorporado ao cotidiano. É óbvio, entretanto, que esse aspecto não deve ser tomado como regra. Nossos contatos com moradores do bairro têm revelado situações extremamente heterogêneas, que ainda merecem aprofundamento. Mas é recorrente observar, sinteticamente, o seguinte: “*tirando os nóia(s), (o bairro) é bom*”, embora as qualidades frisadas deslizem facilmente do *bairro* para o *Centro*: estação de trem, ônibus, metrô, padarias, supermercados, centro de saúde, hospital da Santa Casa, além de muitas falas apontarem as várias oportunidades de trabalho (mesmo que precarizado) na região central, como comércio informal, prestação de vários tipos de serviços, catação de material reciclável etc.

Há moradores sem-teto, que ocupam de forma organizada edifícios da região (Filadelfo, 2009) – para negociar a obtenção de casa própria ou para permanecer no próprio

³⁰ Na região do cruzamento da R. Guaianazes com a R. dos Gusmões.

³¹ Isso mereceria uma sistematização à parte. Muitas falas, apesar de curtas, são muito contundentes. E há espaço até para um humor irônico: um deles referiu-se certa vez a uma “passeata de nóias”, frente à necessidade de forte circulação em virtude da repressão policial intensificada. Talvez porque os agentes do “É de Lei” tenham um longo histórico de confiabilidade, nunca passamos por situações hostis, ao contrário do que por vezes ocorre quando da atuação da grande imprensa (ver p. ex. o “Profissão Repórter” de 30/6/2009 (Rede Globo)).

³² Ver detalhes a respeito no cap. 9, “Relatos de espaço”.

edifício ocupado –, e que estabelecem, como foi possível observar, uma rede de relações com residentes de cortiços do entorno, ligados aos mesmos movimentos políticos.³³

Já adentramos alguns edifícios residenciais da região, que além de muito distintos entre si, revelam uma grande variedade de tipos de residentes (com certas conexões dos mesmos entre prédios distintos). Num deles, por exemplo, um morador classificou-os da seguinte forma: antigos proprietários (entre 60 e 70 anos), famílias simples, irmãos ou irmãs que moram juntos, moças que trabalham na região, prostitutas, travestis e moradores envolvidos com comércio informal ou ilegal. Afirmando que os “nóias” não atacam os transeuntes, certa época ele conheceu e chegou a acolher por um breve período uma usuária de crack em seu apartamento, tentando depois auxiliá-la, embora a mesma tenha retornado às ruas e hoje esteja presa, o que evidencia uma conexão possível (dentre outras) entre mundos sociais vistos a princípio como apartados.

Ao longo da pesquisa, vários comerciantes também têm sido contatados. De um modo geral, pode-se observar que, quando das primeiras demolições, vários deles surpreenderam-se pelo modo como os estabelecimentos onde trabalhavam foram desapropriados e depois demolidos, sendo boa parte deles locatários, não proprietários.³⁴ Com o passar do tempo, começou a ocorrer uma certa organização coletiva e alguns protestos envolvendo vários comerciantes, principalmente quando o poder público tentou aprovar a lei de concessão urbanística que, muito resumidamente, agiliza o processo de desapropriação de uma área urbana ao delegar algumas das competências ao setor privado.³⁵ Cabe destacar certa visibilidade obtida pela Associação de Comerciantes da Santa Ifigênia, área contígua à Luz e também sujeita a desapropriações e demolições. Paulo Garcia, diretor da entidade, entende que os comerciantes tem tido um papel dinâmico na região e contou-nos que eles chegaram a participar inicialmente da confecção da nova lei,

³³ Nesse caso, verifica-se falas e representações que ressaltam os objetivos políticos do grupo, além das já citadas vantagens de se morar no Centro. Existem formas de controle (físico e moral) para evitar que usuários de crack venham a residir nesses espaços ocupados. Numa dada ocasião, uma moradora e militante do movimento procurou orientar um dos pesquisadores para caminhar por regiões do bairro onde houvesse “nóias”, o que exigiria posturas corporais apropriadas, não fitá-los demasiadamente, ter alguma comida para dispor ou esconder o dinheiro, além de prevenções quanto a eventuais extorsões policiais.

³⁴ A queixa sobre a ausência de informações claras sobre os planos do poder local para o bairro foi muito recorrente. Uma forma comum utilizada pela fiscalização antes da desapropriação tem sido a exigência de alvarás de funcionamento, com interdições que facilitam os passos seguintes. Alguns desses comerciantes encontravam-se numa situação dramática, após a perda do ponto do comércio.

³⁵ O primeiro local de aplicação disso pode vir a ser a Luz. Para mais detalhes, ver Spinelli (8/5/2009).

mas a certa altura, o processo teria perdido confiabilidade. Hoje eles se posicionam pela sua inconstitucionalidade, argumentando que “vem uma empresa e compra a área a preço de cracolândia e vai vender depois a preço de Nova Luz”.³⁶

Em julho desse ano, um grupo de comerciantes de Campos Elísios, outro bairro vizinho à Luz, fez um pequeno protesto quando da comemoração de dez anos da Sala São Paulo. Foi possível conversar com um dos manifestantes, que apóia as medidas de intervenção contra os usuários de crack, mas é contra a desvalorização da região com vistas às desapropriações, afinal, em suas palavras “prédio não usa droga”. Aliás, cabe registrar, pelas observações das ruas, que muitos comerciantes contratam seguranças privados para controlar e negociar certos usos do espaço com os usuários de crack.³⁷

As descrições etnográficas até aqui delineadas resumem questões substanciais para discussão no espaço disponível do presente *paper*.³⁸ Retomando argumentos anteriores, pode-se afirmar que se a Luz costuma ser apresentada dentro de uma certa dicotomia “bairro cultural” vs. “cracolândia” – o que se desdobra ou atualiza em outras, como revitalização vs. degradação –, o que as etnografias revelam é todo um *entremeio* cuja diversidade e as múltiplas facetas necessitam ser reconstituídas. Essa é a empreitada básica a que temos nos proposto, e que se encontra em pleno andamento.

De todo modo, há que se reconhecer também que, se a observação do cotidiano do bairro em questão revela um conjunto de conexões, mediações e relações de sociabilidade de graus variados de extensão, nos períodos de conflagração mais explícita dos conflitos em curso – como na época da Operação Limpa (2005) e agora, na recém implantada Ação Integrada Centro Legal –, há uma tendência à reafirmação, no plano dos discursos e representações, de mundos sociais distintos e totalmente apartados entre si.

³⁶ Fala coletada no noticiário SPTV (Rede Globo) de 1/7/2009.

³⁷ Durante a observação de usuários de crack, deparamo-nos com um segurança identificado por alguns como Paulo “Paulada”, cujo apelido obviamente guarda relação com a forma violenta com que lida com os usuários de crack e a população de rua locais. Há outros que estabelecem certos pactos com os usuários de crack, embora recorram constantemente ao uso da força. As especificidades de tais relações merecem aprofundamento.

³⁸ Há outros aspectos e territórios que vem sendo abordados, mas que não serão tratados.

3.2. A etnografia do Bairro Alto

O caso do Bairro Alto ³⁹ em Lisboa traz uma perspectiva diferenciada para nossa investigação do alcance do conceito de *gentrification*. Surgido em 1513 e situado na área central, é um bairro popular, histórico e típico de Lisboa – levando em conta os múltiplos significados que a idéia de bairro evoca no caso português ⁴⁰ –, com a predominância hoje de moradores idosos, protegidos por leis de congelamento das rendas (aluguéis) e que vivem em edifícios envelhecidos, que recebem pouquíssimos investimentos de melhoria de seus proprietários. ⁴¹ Ao longo da sua história, caracterizou-se pela boemia, sendo um pólo da vida noturna. ⁴² Durante o séc. XIX, o bairro se tornou também um ponto da imprensa lisboeta, sendo nele localizados os escritórios de muitos jornais da cidade. ⁴³ Nos anos 1980, o Bairro Alto viveu um momento importante, quando desdobramentos da Revolução dos Cravos (ocorrida em 1974) estimularam mudanças em costumes e atitudes na cidade de Lisboa. Neste momento, o bairro serviu como foco central para um novo movimento boêmio, a “movida lisboeta”, cujo nome foi emprestado do movimento espanhol, a “movida madrilenha”, que lhe serviu em parte de modelo. ⁴⁴ Mais pelo final do século, o bairro ainda passou por outra onda de mudanças, em que mais uma geração de usuários (incluindo muitos turistas europeus) chegou para desfrutar a vida noturna nele oferecido, então com uma série de novos bares e restaurantes. À noite, tais usuários transformaram o

³⁹ Pesquisa desenvolvida por Heitor Frúgoli Jr. (cujas idas a Portugal foram amparadas pelo CNPq (no âmbito do Projeto da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos e de Fluxo Contínuo) e também por recursos da CCInt/USP), Marina Aparecida Capusso (com recursos da ProInt/USP) e Jessica Sklair, todos ligados ao já mencionado GEAC. As idas a campo ocorreram entre set. e out./2007 e em jun./2008.

⁴⁰ Para um quadro a respeito, ver Cordeiro e Firmino da Costa (1999).

⁴¹ Cf. entrevistas com Filipe Lopes (ex-coordenador do Programa de Reabilitação Urbana de Lisboa, 1990-2000) e Antonio Miranda (Unidade de Projeto Bairro Alto e Bica – UPBAB) (set./2007).

⁴² Dado ressaltado por muitos, e detalhado em entrevista com a escritora Isabel Fraustino (set./2007). Para um detalhada reconstituição da boemia no Bairro Alto e em outros bairros de Lisboa na passagem do séc. XIX ao XX, ver Pais (2008 [1985]).

⁴³ Dado que ouvimos em muitos relatos sobre a história do bairro. Passeando pelo mesmo, é ainda possível identificar os velhos prédios dos escritórios de muitos desses jornais.

⁴⁴ Nessa época, a explosão de bares e boates no Bairro Alto – o mais importante dos quais foi o legendário *Frágil* – e a chegada de uma série de artistas plásticos e estilistas, trouxe novos e jovens usuários para o bairro, atraídos especialmente pela vida noturna (com base numa série de entrevistas). A partir de 1986, as *Manobras de Maio*, uma série de desfiles de moda realizados em suas ruas que marcaram uma nova época na moda portuguesa, também tornaram-se símbolos da nova identidade do Bairro Alto, convertido em um espaço de afirmação de valores culturais desse período (cf. entrevista com Belino Costa, lojista e presidente da Associação de Comerciantes do Bairro Alto, set./2007).

bucólico bairro em um dos pontos mais lotados e movimentados da cidade, o que causou (e causa até hoje) certos transtornos aos seus moradores.

Em termos de paisagem urbana, podemos dizer que tal trajetória de mudança ou, mais precisamente, as combinações entre mudanças e permanências ⁴⁵ no bairro acarretaram um convívio (marcado por várias tensões) entre a “tradição” (moradias, tabernas, casas de fado, lojas de comércio tradicional, oficinas de artesãos) e “modernidade” (pequenos restaurantes, bares e discotecas, comércio sofisticado, companhias teatrais e ateliês de moda), embora sua característica boêmia e de diversidade social já fosse uma marca anterior, de longa data. Assim, a questão do passado e das mudanças trazidas ao bairro pela passagem do tempo apareceram de forma expressiva no próprio plano etnográfico do bairro, e nossa pesquisa tem revelado novas modalidades de *entremeios* de polaridades constituídas, em torno principalmente das idéias de “velho” vs. “novo” e de “morador” vs. “usuário”, que precisam ser investigadas na sua multiplicidade, para que entendamos com mais profundidade o significado da mudança em curso nesta paisagem urbana. Isto torna a tentativa de aplicar criticamente o conceito de *gentrification* a este dinâmico cenário de mudança urbana um exercício bastante interessante.

No Clube Lisboa Rio de Janeiro, por exemplo, estabelecimento fundado no Bairro Alto em 1938 que, até hoje, oferece atividades esportivas e sociais, e organiza a marcha anual do bairro nas marchas populares lisboetas que marcam a festa de S. Antônio, ⁴⁶ nota-se grandes inquietações sobre o estado atual do bairro. Vitor Silva (50 anos) e Fernando Pereira (77 anos), moradores do bairro e voluntários do clube, reclamam que os atuais usuários dos estabelecimentos noturnos do bairro (na sua maioria jovens) mostram uma grande falta de respeito para com os residentes locais. ⁴⁷ Fernando, que mora há 76 anos no bairro, reclama que hoje em dia, “o pessoal que fica na rua [à noite] estraga os automóveis e as paredes”. Para Vitor, o bairro vive um momento “Dr. Jekyll and Mr. Hyde: de dia é uma personagem simpática, à noite transforma-se [...] está uma guerra aqui dentro”. Ainda

⁴⁵ Dialogamos aqui, com várias mediações, com Sahllins (1990).

⁴⁶ Observadas em junho de 2008; ver, a respeito, Cordeiro (1997).

⁴⁷ Entrevista realizada no dia 19/6/08, no próprio clube.

mais, o barulho da vida noturna, que continua diariamente até as 4 ou 5h da manhã, atrapalha muito o descanso dos moradores.⁴⁸

Na fala do presidente da Associação de Comerciantes do Bairro Alto, temos um exemplo de como tal discurso de conflito entre “velhos moradores” e “novos usuários” pode ser acionado na tentativa de influenciar futuras mudanças no bairro. Também proprietário de uma loja no local, que fornece bebidas para o mercado da noite, Belino Costa se preocupa não com a presença da vida noturna no bairro (que para ele é obviamente proveitosa), mas com a ausência de regulação do mesmo pelo poder público local, que no seu olhar ameaça a sobrevivência dos comerciantes regularizados dali. Sua fala culpa o poder público por ter abandonado o bairro, permitindo que a cena noturna fosse tomada por traficantes de drogas e grafiteiros, bem como pela proliferação de estabelecimentos ilegais. Em uma carta pública enviada aos candidatos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Belino culpa uma lei recente que proíbe a criação de novos estabelecimentos no bairro por ter estimulado o surgimento de muitos bares clandestinos, e criado uma barreira ao surgimento de novos investimentos no bairro. Ele também argumenta que a nova lei introduz uma série de exigências que são impossíveis de serem implementadas por muitos dos estabelecimentos já existentes. Acionando um discurso sobre o valor do antigo no bairro, Belino defende fortemente tais comércios, que segundo ele, “são negócios familiares em edifícios centenários que representam o típico e tradicional”.⁴⁹

Este olhar sobre o passado do bairro se reflete na fala de muitos dos moradores idosos ali presentes, como a de Maria Aline Simões Carvalho Soares, de 73 anos, que mora no mesmo prédio há 47 anos. Embora sutilmente, ela reclama das mudanças que tem acompanhado no bairro e lembra com nostalgia de um tempo em que a rua “era sossegada”: “havia casas de senhoras”,⁵⁰ ela afirma, “mas com educação, tudo respeito, não se via

⁴⁸ Depois da última ida, buscamos acompanhar alguns desdobramentos desse conflito. A partir de nov./2008, a Câmara Municipal de Lisboa restringiu o horário de funcionamento de bares, restaurantes e estabelecimentos análogos, o que gerou muitas controvérsias (http://bairroalto-comerciantes.blogspot.com/2008_11_01_archive.html).

⁴⁹ Cf. carta lida por nós no seguinte site do internet, no dia 4/7/2007: <http://bairroalto-comerciantes.blogspot.com/>

⁵⁰ Para a prática da prostituição.

poucas vergonhas”. Em contraponto com o passado, “hoje à noite é muito barulho, os jovens não têm futuro brilhante”.⁵¹

O morador aposentado Celestino Nelson, porém, revela outra relação com a movimentada vida do bairro. Ele desempenha uma série de pequenos serviços na rua, participa, há mais de 40 anos, da organização das marchas do bairro nas festas dos santos populares, junto ao Lisboa Clube Rio de Janeiro, e à noite, trabalha regularmente para bares do bairro, interagindo bastante com os jovens usuários do bairro e os donos dos seus estabelecimentos.⁵²

Outro alerta a uma adoção acrítica de uma suposta dicotomia entre o “tradicional” e o “novo” ou “moderno” consiste no exemplo de alguns donos dos estabelecimentos do bairro. A fala de Carmino Magalhães, filho da proprietária e atual gerente do bar *Arroz Doce*, que nasceu e passou a sua vida inteira no Bairro Alto, por exemplo, parece incorporar simultaneamente as dinâmicas de mudança e continuidade locais, resultando em uma única narrativa que, ao invés de contrapor tais dinâmicas, apresenta-as quase como complementares. Assim, se por um lado os anos 1980 efetivamente trouxeram novos usuários e estabelecimentos, por outro o Bairro Alto sempre havia sido um lugar de boemia, o pólo dos jornais e jornalistas do começo do século, famoso por suas casas de fado e várias casas de prostituição, como o próprio *Arroz Doce*. Sim, o *Arroz Doce*, que antes ficava aberto 24 horas por dia, gerenciado por equipes de prostitutas em três turnos de oito horas, hoje abre somente à noite e não oferece mais os serviços que o tornaram famoso décadas atrás. Contudo, o bar continua a atrair uma boa clientela e hoje em dia goza da fama internacional do “Pontapé”, drinque especial de sua fabricação, cujo nome remete aos velhos tempos do estabelecimento. Apesar de tudo, Carmino acredita que Bairro Alto mantém, em suas palavras, sua “tipicidade”.⁵³

Em outro caso, Graça Andrade Fonseca, dona, junto com seu marido, de três comércios do bairro (uma padaria, uma mercearia e uma casa de congelados), parece encarar as mudanças locais com um grande talento e apetite para a adaptação. Nos fundos da sua padaria, cercada pelo cheiro de pão quente assando no pequeno forno ao lado, Graça

⁵¹ Sua descrição sobre vizinhos do prédio onde mora e de outros ao redor tem um altíssimo grau de detalhamento, com um conhecimento sobre parentesco que talvez se remeta ao modo como isso é feito nas regiões rurais onde morou até a juventude (na região de Coimbra); sobre o tema, ver Silva (2001).

⁵² Entrevista realizada em jun./2008.

⁵³ Entrevista realizada em set./2007.

conta como veio para Bairro Alto em 1962, ainda bebê, com seus pais, que eram donos de uma farmácia no bairro.⁵⁴ Conta que muitos amigos de infância escolheram sair do bairro em busca de profissões mais “cultas”, rejeitando as oportunidades de comércio ali oferecidas. Outros moradores mais velhos, segundo Graça, recusam-se a “modernizar” seus comércios e continuam vendendo os mesmos produtos de sempre. Graça e seu marido, porém, reconheceram as oportunidades apresentadas pela chegada dos novos usuários nos anos 1980 e começaram a vender produtos variados – e às vezes mais caros – que atendem à demanda dessa nova clientela, inclusive dos donos dos novos restaurantes.

Hoje, ela e seu marido são proprietários de três comércios bem sucedidos e a família, que continua morando no bairro, tem quatro carros. Graça caracteriza o bairro como “entre a aldeia e a cidade”, e seus comércios como “entre o antigo e o moderno”. De fato, a atitude dela e de seu marido parece ter permitido que as mudanças locais em curso fossem transformadas em oportunidades para o crescimento comercial e profissional, pelo visto abraçadas pelos dois com sucesso. E devemos ainda lembrar que (talvez mais do que no caso de Carmino) Graça assume nessa trajetória não somente o papel de quem responde pelas mudanças em curso no bairro, mas de quem contribui ativamente para as mesmas.

Em outro exemplo, o próprio conceito de mudança radical na história do bairro, ou seja, a idéia de que a “velha época” teria ali acabado, é colocada em cheque pela presença da popular e movimentada *Tasca do Chico*, administrada por Francisco Gonçalves, com apresentações toda segunda e quarta-feira à noite que atraem os cantores mais nomeados do circuito do “fado vadio” da cidade. Em outras noites, a casa permanece cheia, atraindo jovens de toda a parte da cidade para assistir jogos de futebol pela TV e beber cerveja no seu ambiente aconchegante. Em entrevista,⁵⁵ ele conta que a decisão de abrir uma casa de fado no bairro em 1994 veio de uma percepção do que ainda havia uma demanda no Bairro Alto para esse estilo de música portuguesa mais “tradicional” – ao contrário de colegas que pretendiam abrir, na época, “bares modernos”, e que o achavam, então, alguém “contra a maré”. A casa agora ocupa seu lugar no bairro, ao lado de uma variedade de bares voltados a distintos tipos de públicos e de gêneros musicais, com rodadas informais em que o fado é

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Realizada em jun./2008.

apresentado e desfrutado (de fato, ele conta que a Tasca hoje em dia é conhecida na cidade inteira como um dos pontos “onde o fado acontece”).⁵⁶

Finalmente, o discurso em torno do “antigo” ainda se encontra acionado em outros planos no Bairro Alto. Andando pelas ruas estreitas e becos entrecruzados dali, pode-se perceber rapidamente que a estética de boa parte de seu comércio mais “moderno” parece remeter a uma época “antiga” do bairro e mesmo de Portugal. Trata-se de uma objetivação ou comodificação do passado em que certos produtos, imagens e práticas são apropriados para inventar uma moda com pretensões de caracterizar o bairro e encorajar o consumo de produtos e serviços nele oferecidos. Um caderno produzido semestralmente e distribuído gratuitamente em lojas e cafés da região, que serve como uma espécie de guia sobre os serviços e atividades do bairro, apresentava um artigo sobre as “tradicionais” mercearias e a sua importância para a comunidade do Bairro Alto (Braga, 2007). Enquanto isso, um restaurante da Rua da Rosa, uma das principais ruas do bairro, exibe na sua janela do segundo andar uma foto no tamanho real de uma simpática mulher idosa encostada na varanda da sua janela, uma cena vista regularmente em todo o bairro. Na *Mercearia de Comida*, restaurante montado alguns anos atrás pela comerciante Ana Pereira, a decoração remete a uma antiga mercearia, com latas e embalagens vazias com etiquetas desenhadas para imitar produtos antigos e um estilo de outra época. Ainda a loja *A Vida Portuguesa* (esta algumas ruas abaixo do Bairro Alto, já no Chiado) vende antigos produtos fabricados no país há décadas⁵⁷ (que segundo o folheto da loja, “atravessaram gerações e nos tocam o coração”) com embalagens de *design* e preços elevados.

Frente à observação dessas variadas experiências, apropriações e contribuições para as mudanças em curso no Bairro Alto ao longo dos últimos anos, sentimos a necessidade de um olhar cauteloso em relação à aplicação do conceito de *gentrification* a esse cenário de mudança urbana. Se, por um lado, vemos a chegada ao longo das últimas décadas de uma nova população ao bairro, causando uma série de conflitos em torno da sua caracterização e a apropriação dos seus espaços, por outro, vemos também uma grande diversidade nas intenções da população mais antiga e nas elaborações frente à chegada de novos usuários.

⁵⁶ A bibliografia sobre o fado em Lisboa é vastíssima; para um excelente panorama a respeito, ver Brito (1994); para um quadro significativo de casas “profissionais” de fado no Bairro Alto e em outros bairros lisboetas, ver Klein e Alves (1994).

⁵⁷ Vários dos quais já estavam fora do mercado.

Tais intenções e reações incluem uma série de apropriações da própria idéia de como era o bairro “antigamente”, acionados em diversos momentos e em prol de uma variedade de fins, que não podem ser encaixados dentro de um simples esquema de explicação vindo da teoria clássica de *gentrification*.

4. Brevíssimas conclusões

Retomando a proposta inicial desse *paper*, os resultados parciais das pesquisas em andamento, apresentados aqui de forma concisa para debate, reforçam a potencialidade da exploração de olhares etnográficos sobre contextos urbanos distintos, em abordagens marcadas por relações diferenciadas de interação com os próprios contextos pesquisados (a longo prazo, ou com um caráter mais pontual, embora reiterativo), o que implica o confronto entre diferentes relações entre proximidade e distância quanto a cada local investigado.⁵⁸

É fundamental que também atentemos para os modos como as observações etnográficas reverberam nas formulações teóricas iniciais e nos levam a determinadas revisões dos problemas inicialmente delineados. Os espaços públicos ou bairros pesquisados conduzem-nos à necessidade de cotejar um grau significativo de articulações que inevitavelmente repõem certos pontos de vista iniciais. Como o presente *paper* incorpora abordagens com ênfases de caráter mais sociológico ou antropológico, as concepções de etnografia e a forma como as mesmas incidem nas questões teóricas são, como os leitores podem perceber, variadas em escopo, apesar de dialogarem bastante entre si.

Embora nossos pontos de partida tenham sido espaços públicos em áreas centrais ou bairros marcados por forte centralidade, a investigação propriamente dita é que tem nos permitido situar mais claramente – através da observação de agentes, interações, discursos, representações e interesses diversos – quais são as questões e temas efetivamente em evidência em cada contexto, bem como a escala espacial e as dimensões de temporalidade

⁵⁸ Nossas práticas de pesquisa além-mar nos remete, dentre outras coisas, à figura do estrangeiro (ou do estranho), o que para Simmel (1983 [1908]) propiciaria uma certa objetividade, frente a uma combinação peculiar entre proximidade e distância, e entre mobilidade e permanência. De toda forma, tais relações têm um caráter situacional, o que implica relativizarmos ligações muito rígidas entre pesquisa na própria cidade (ou país) e familiaridade e pesquisa em cidades no exterior e estranhamento.

mais presentes e significativas em cada caso. Trata-se, enfim, do desafiante processo de construção, através de sucessivas aproximações, do próprio contexto etnográfico, pensado aqui a princípio como dois planos de observação que se interpelam em suas diferenças e possíveis aproximações.

Isso nos leva a questionar práticas comparativas sobre o conceito de gentrification apoiadas numa homogeneização muito apriorística das realidades analisadas, fixadas nos termos e não nas relações, que tendem a tomar tal processo numa perspectiva global problemática. Em muitas situações, pode-se perceber como o tema da gentrification emerge sobretudo num plano discursivo, remetendo-se mais a expectativas ou manifestações de interesses instrumentais, que certamente repercutem no plano do vivido, mas sob lógicas que merecem maior compreensão.

Entretanto não é apenas esse conceito que está em jogo. Como vimos, há uma série de outros que tendem a fixar uma realidade sociocultural de forma parcial ou equivocada, como os que apresentam espaços públicos de áreas centrais como restantes, residuais ou apenas marginais, ou formulações sobre grupos ou classes populares que tendem a fixar uma falsa homogeneidade interna. Além disso, há representações extremamente polarizadas que tendem a ressaltar mundos sociais apenas separados, sem captar suas conexões ou entremeios, ou ainda modos da apreensão ou interpretação de processos urbanos que tendem a fixar muito rigidamente um “antes” e um “depois”, sendo mais apropriado captá-los como sínteses particulares de relações entre permanência e mudança no contexto urbano.

Para finalizar, deve-se ressaltar o caráter de *work in progress* das pesquisas em questão, cujos argumentos ainda merecem aprofundamento, mas que apontam a nosso ver para sendas promissoras de análise.

Bibliografia

- Agier, M. *L'invention de la ville*. Paris, Archives Contemporaines, 1999.
- Braga, M. “Mercearias do bairro”. Bairro Alto (Lisboa bairro a bairro). *Guias Convida*. Lisboa: maio-out./2007, p. 6-7.

- Braz, E. “Notas sobre uma viagem por São Paulo” in AA.VV, *Expedição São Paulo, 450 Anos. Uma Viagem por Dentro da Metrópole*. São Paulo: Museu da Cidade, 2004.
- Brito, J. P. de. (coord.). *Fado: vozes e sombras*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Electa, 1994 (Catálogo da exposição).
- Bruna, G. C. e Righi, R. “A crise do centro histórico e a demolição do Santa Helena” in Campos, C. M. e Simões Jr., J. G. (orgs.), *Palacete Santa Helena – Um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- Caldeira, T. P. do R. *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2003.
- Capelo, A. “Arquétipos não tão desvairados da Pauliceia” in AA.VV, *Expedição São Paulo, 450 Anos. Uma Viagem por Dentro da Metrópole*. São Paulo: Museu da Cidade, 2004.
- Carvalho, M. “Narrativa Itinerante” in AA.VV, *Expedição São Paulo, 450 Anos. Uma Viagem por Dentro da Metrópole*. São Paulo: Museu da Cidade, 2004.
- Certeau, M. de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994 [1980].
- Certeau, M. de. *L’Invention du Quotidien I : Arts de Faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- Cordeiro, G. Í. & Firmino da Costa, A. “Bairros; contexto e intersecção” in Velho, G. (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 58-79.
- Cordeiro, G. Í. *Um lugar na cidade: cotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- Corsalete, C. “Ação na cracolândia prende 5 a atende 41”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo: 23/7/2009, C8.
- Domingues, Á., “A cidade-providência” in *Sociologia* nº 13, 2003.
- Filadelfo, C. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do MSTC. *Dissertação de Mestrado*, PPGAS/USP, 2009.
- Firmino da Costa, A. *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta, 1999.
- Folha de S. Paulo. “‘Cracolândia’ ganha repressão e ações sociais”. S. Paulo: 3/9/2005, p. C-3.

- Frehse, F. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.
- Frúgoli Jr., H. Abordagens etnográficas sobre o bairro da Luz (São Paulo): gentrification em questão na antropologia. *Projeto de pesquisa para o Edital MCT/CNPq 14/2008 – Universal*, 2008.
- Frúgoli Jr., H. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo, Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.
- Habermas, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.
- Hannerz, U. *Exploring the City: Inquiries Toward an Urban Anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.
- Hobsbawn, E. *A Era dos Extremos*. Lisboa: Presença, 2002.
- Joseph, I. “A respeito do bom uso da Escola de Chicago” in Valladares, L. P. (org.). *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte & Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005 [1998], p. 91-128.
- Joseph, I. “Voir, exposer, observer” in AA.VV, *L’Espace du Public – les compétences du citoyen*, Paris: Plan Urbain, 1991.
- Kara-José, B. *Políticas culturais e negócios urbanos*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- Klein, A. N. E Alves, V. M. “Casas de fado” in Brito, J. P. de. (coord.). *Fado: vozes e sombras*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Electa, 1994 (Catálogo da exposição), p. 37-56.
- Lahire, B. *L’Homme Pluriel. Les Ressorts de l’Action*. Paris: Nathan, 2001
- Lefebvre, H. *La Production de l’Espace*, Paris: Anthropos, 2000.
- Leite, R. P. *Contra-Usos da Cidade – Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- Lopes, J. T. *Novas Questões de Sociologia Urbana*. Porto: Afrontamento, 2002.
- Lopes, J. T. “Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público” in Leite, R. P.(org.), *Cultura e Vida Urbana. Ensaio sobre a Cidade*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008.
- Lopes, J. T. *Da Democratização à Democracia Cultural – uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público* Porto: Profedições, 2007.

- Magnani, J. G. C., *Festa no Pedaco. Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Unesp, 1998.
- Magnani, J. G. C. “Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da cidade” in AA.VV, *Expedição São Paulo, 450 Anos. Uma Viagem por Dentro da Metrópole*. São Paulo: Museu da Cidade, 2004.
- Mingardi, G. e Goulart, S. L. As drogas ilícitas em São Paulo: o caso da cracolândia. *Coleção Revista ILANUD* nº 15, São Paulo, 2001.
- Pais, J. M. *A prostituição e a Lisboa boémia*. Porto: Amar, 2008 [1985].
- Perlongher, N. *O negócio do michê*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1987.
- Pinto, J. M. *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- Prefeitura do Município de São Paulo. *Nova Luz* (Lei 14.096 de 12/8/2005). S. Paulo, dez./2005.
- Sahlins, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- Santos, B. de S., “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” in Santos, B. de S. (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. Um «Discurso sobre as Ciências» Revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003.
- Scarlato, F. C. “Um olhar sobre São Paulo” in AA.VV, *Expedição São Paulo, 450 Anos. Uma Viagem por Dentro da Metrópole*. São Paulo: Museu da Cidade, 2004.
- Sennett, R. “La Conscience de l’oeil” in AA.VV, *L’Espace du Public – les compétences du citoyen*. Paris: Plan Urbain, 1991.
- Silva, C. S. *Famílias de Alfama: dinâmicas de solidariedades familiares num bairro histórico de Lisboa*. Lisboa: ICS, 2001.
- Silva, S. L. da. *Mulheres na Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. Dissertação de mestrado*, Departamento de Práticas de Saúde Pública da USP, 2000.
- Simmel, G. “O estrangeiro” in Moraes, E. (org.). *Sociologia: Simmel*. São Paulo, Ed. Ática, 1983 [1908], p. 182-188.
- Simmel, G., *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- Soja, E. W. *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso, 1999.
- Solnit, R. *Wanderlust. A History of Walking*. London: Penguin, 2000.

- Spinelli, E. “Projeto da Nova Luz estará pronto no fim do ano, diz Kassab”. *Folha de S. Paulo*. S. Paulo, 8/5/2009, C6.
- Vargas, H. C. e Castilho, A. L. H. de (orgs.), *Intervenções em Centros Urbanos. Objectivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Editora Manole, 2006.
- Velho, G. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- Wacquant, L. *Les Prisons de la Misère*. Paris: Raisons d’Agir, 1999.
- Watson, S. *City Publics. The (dis)Enchantments of Urban Encounters*. London: Routledge, 2006.

Web Sites

- .www/pt.saint-gobain-glass.com/newsletter/abr2008_02_home.html
- .www.dn.sapo.pt/2005704/08/artes
- . www.arkitectos.blogspot.com/2008/06
- .www.si.ips.pt/ese
- .joomaduro.blogspot.com/2008/08
- .www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo
- .www.sampa.art.br
- .www.arcoweb.com.br/arquitectura
- .http://bairroalto-comerciantes.blogspot.com/2008_11_01_archive.html
- .http://in-ner-city.blogspot.com
- .http://bairroalto-comerciantes.blogspot.com/